

Número 2 – Março de 2006

Demandas plurilaterais de serviços na OMC

Durante a última Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Hong Kong em dezembro de 2005, foi decidido a adoção de uma nova metodologia de negociação para o setor de serviços. Com o intuito de otimizar as demandas que até então eram feitas apenas bilateralmente, foram constituídos grupos de países que, focados em interesses setoriais, enviam os seus pedidos para um outro grupo de países. Sem substituir as eventuais demandas de países individuais, no final de fevereiro deste ano o Brasil recebeu solicitações para melhorar seus compromissos em oito setores diferentes: serviços relacionados ao setor de energia; serviços ambientais; computação e serviços relacionados; construção; arquitetura, engenharia e engenharia integrada; serviços financeiros; telecomunicações e transportes marítimos. O Brasil, por sua vez, não integrou nenhum dos grupos solicitantes de mais compromissos nos setores de serviços.

Duas das demandas recebidas pelos negociadores brasileiros são de interesse específico das empresas associadas ao IBCD (computação e serviços relacionados e telecomunicações). No setor de computação e serviços relacionados, os negociadores chilenos, representando um grupo de outros 16 países dentre os quais se encontram os principais países desenvolvidos, assim como Índia, Coréia, México, Paquistão, Peru, Cingapura e Taiwan, demandaram que o Brasil apresentasse compromissos para todo o setor (CPC 84, dois dígitos). Como os compromissos já consolidados pelo país para serviços de informática hoje se restringem ao modo 3 (presença

comercial), o interesse desse grupo de países é que o Brasil consolide posições também para os modos 1 e 2 (prestação à distância e consumo no exterior, respectivamente).

Representando um grupo de nove países, os negociadores de Cingapura apresentaram um documento aos negociadores brasileiros demandando que sejam consolidados mais compromissos no setor de telecomunicações nesta rodada da OMC (Rodada Doha). Ao contrário dos principais países em desenvolvimento, o Brasil, mesmo tendo uma legislação bastante aberta à participação de empresas estrangeiras e marcos regulatórios claros e transparentes, além de não ter consolidado diversos compromissos de acesso a mercados e tratamento nacional no GATS, também não aderiu aos termos do *Reference Paper*, que estabelece princípios regulatórios.

Tanto no caso da solicitação de compromissos para computação e serviços relacionados, como no caso de telecomunicações, as parte solicitantes convidam os negociadores brasileiros a se reunirem para discutir o assunto durante o “bloco de serviços” (services cluster), que terá lugar em Genebra entre os dias 27 de março e 7 de abril de 2006. A Prospectiva Consultoria desenvolveu para o IBCD estudos que identificam a posição relativa do Brasil para ambos os setores de serviços, assim como possíveis estratégias de posicionamento. Depois de ampla discussão acerca do possível posicionamento do país nas negociações de serviços de Tecnologia da

Infomações e Procedimento de Negócios, os negociadores brasileiros certamente estarão bem pautados para a reunião que será realizada durante o bloco de serviços. Quanto à telecomunicações, o relatório que está

sendo entregue neste mês poderá também pautar os negociadores brasileiros tendo em conta os interesses das empresas do setor no contexto da convergência digital.

A definição do sistema de televisão digital: uma agenda regional

Apesar do prazo para a definição de qual sistema de televisão digital o Brasil deverá adotar já ter espirado, ainda há dúvidas se será o modelo japonês, europeu, americano ou um modelo híbrido (incorporando características desenvolvidas localmente com algum dos modelos estrangeiros). A controvérsia sobre os aspectos técnicos de cada um dos sistemas é tão grande que a imprensa tem dado pouca atenção a um fator de extrema importância nesse processo de definição que é a agenda de integração dos países da América do Sul.

É certo que a melhoria da inserção internacional das empresas brasileiras depende fundamentalmente de movimentos governamentais que fomentem a integração regional. Esses movimentos não podem ficar restritos a assinatura de acordos de redução tarifária, como tem sido a estratégia do Brasil. Outras áreas estratégicas, sobretudo voltadas ao comércio internacional de serviços e infraestrutura, podem impactar de maneira significativa inclusive a distribuição de bens na região. Nesse sentido, a adoção

de padrões regulatórios minimamente harmonizados tem sido um dos principais requisitos para o desenvolvimento de um mercado regional de eletricidade, por exemplo.

De forma análoga, a adoção de um sistema único (ou suficientemente harmonizado) de televisão digital na região pode favorecer tanto aos fabricantes de equipamentos brasileiros, sejam eles empresas de capital nacional ou não, assim como toda a cadeia de serviços voltada a questões técnicas e de programação da televisão digital. Até o momento a posição da Argentina tem sido a de aguardar a definição do Brasil em relação ao padrão a ser adotado para avaliar se seguem ou não o mesmo padrão. Não há manifestações públicas sobre o posicionamento dos demais países da região acerca do tema, no entanto a própria indefinição de qual padrão será adotado não apenas nos demais membros do Mercosul, mas também nos países andinos, pode se transformar em oportunidade para uma melhor inserção internacional das empresas de diversos setores brasileiras.

Tabela: Assinantes de telefonia celular e usuários de Internet

País	Assinantes de telefones celulares	Usuários de Internet
África do Sul	43,13	7,89
Alemanha	86,42	42,67
Argentina	35,35	16,10
Austrália	82,76	65,28
Brasil	36,32	12,18
Canadá	46,72	62,36
Chile	62,08	27,90
China	25,76	7,23
Cingapura	89,47	56,12
Colômbia	22,95	8,94
Egito	10,92	5,57
Espanha	89,46	33,18
Estados Unidos	62,11	55,58*
Finlândia	95,63	63,00
França	73,72	41,37
Índia	4,37	3,24
Indonésia	13,48	6,52
Itália	108,19	49,78
Japão	71,58	50,20
México	36,64	13,38
Paraguai	29,38	2,49
Polônia	59,91	23,35
Reino Unido	102,16	62,88
República Checa	105,64	49,97
Rússia	51,61	11,10
Turquia	47,99	14,13
Uruguai	18,51	20,98
Venezuela	32,17	8,84

* Dados de 2003

Elaborado por:

PROSPECTIVA
Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais

PROSPECTIVA